



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

TRANSCRIÇÃO DA 7ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE 2018, REALIZADA PELA COMISSÃO DE POLÍTICA SOCIAL E SAÚDE EM 16 DE MARÇO, SEXTA-FEIRA, ÀS 09H45, NO PLENÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS, À AVENIDA ENGENHEIRO ROBERTO MANGE, Nº 66, PARA APRESENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2017 DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

COMPOSIÇÃO DA MESA

| | |
|----------------------------------|---|
| SR. VEREADOR PAULO GALTERIO | PRESIDENTE |
| SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA | SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA | DIRETOR EXECUTIVO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE |
| SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO | MEMBRO DA COMISSÃO DE POLÍTICA SOCIAL E SAÚDE |
| SR. VEREADOR AILTON DA FARMÁCIA | MEMBRO DA COMISSÃO DE POLÍTICA SOCIAL E SAÚDE |

VEREADORES PRESENTES

SR. LUIZ ROSSINI
SR. MARCOS BERNARDELLI
SR. PROFESSOR ALBERTO

ASSESSORES E DEMAIS PRESENTES

| | |
|--------------------|--|
| SR. ÍCARO TURSI | ASSESSOR DA VEREADORA MARIANA CONTI |
| SR. JÚLIO MARTELO | ASSESSOR DO VEREADOR TENENTE SANTINI |
| SR. FERNANDO ALVES | ASSESSOR DO VEREADOR JORGE DA FARMÁCIA |

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45,
no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

ASSESSORES E DEMAIS PRESENTES

SR. PAULO LIMA

ASSESSOR DO VEREADOR VINICIUS
GRATTI

SRA. SANDRA HELENA ANDRADE DE
REGOLIN

DIRETORA ADMINISTRATIVA DA
SEC. MUNICIPAL DE SAÚDE

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Legenda:

(F) palavra escrita com base na fonética, podendo ter a grafia incorreta

-- interrupção da fala

Aviso:

Nesta transcrição utilizam-se os nomes parlamentares em substituição a menções informais ou incompletas dos nomes dos vereadores.

Foi realizada revisão de concordância verbal e nominal.

A Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão não se responsabiliza por eventuais informações incorretas enunciadas pelos oradores.

[início da transcrição]

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Senhoras e senhores, bom dia a todos. Campinas, que nesse momento assiste à TV Câmara, que transmite ao vivo essa prestação de contas da Saúde. Bom dia a todos os funcionários responsáveis por essa transmissão.

Eu queria dar abertura nessa prestação de contas desse trimestre, lembrando que se encontram presentes aqui o secretário Carmino Antonio de Souza, secretário municipal de Saúde - seja muito bem-vindo, senhor secretário; vereador Ailton da Farmácia, que também faz parte da Comissão de Saúde - seja bem-vindo; vereador Pedro Tourinho, médico aqui da cidade de Campinas, que também faz parte da comissão - seja bem-vindo, vereador.

Queria lembrar da presença do vereador Professor Alberto - seja muito bem-vindo, vereador Professor Alberto, sua presença aqui é importante; vereador Marcos Bernardelli, líder do partido do governo aqui na cidade de Campinas.

Quero lembrar aqui também, Icaro Turci, assessor parlamentar do gabinete da vereadora Mariana Conti. Está presente? Quem que é? Bacana.

Julio Martelo, assessor parlamentar do vereador Tenente Santini. Quem é? Bacana. Reinaldo Antônio de Oliveira, diretor. Está aí? Ah, está aqui, né? Reinaldo está aqui.

Então, nós vamos... eu vou dizendo aqui em nome da Comissão de Saúde, agradeço à Mesa, que está composta, em especial ao secretário Carmino Antonio de Souza, que vai prestar as informações dos gastos de saúde aqui na cidade de Campinas, desse período.

Secretário, o senhor tem a palavra, o senhor pode aí colocar o que o senhor entender de relevante.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Bom, em primeiro lugar, eu queria agradecer, vereador Paulo Galterio, presidente da Comissão de Saúde, aqui à recepção. Mais uma vez estou nessa Casa de Leis, acho que é importante que nós estejamos sempre muito próximos.

Nós estaremos, nas próximas horas aqui, cumprindo uma função legal, é uma função constitucional de prestar contas à cidade de Campinas, ao Poder Legislativo, sobre o relatório quadrimestral de gestão. Então, nós vamos apresentar alguns indicadores de saúde da cidade e o Reinaldo, nosso diretor do Fundo, vai fazer a prestação de contas do ano passado, de 2017.

Eu queria aqui fazer uma saudação a todos os vereadores que estão aqui: a você, vereador Paulo Galterio, ao vereador Pedro Tourinho, nosso colega, médico da rede; ao vereador Ailton da Farmácia, ao vereador Professor Alberto e ao vereador Marcos Bernardelli.

Dizer que alguns dos nossos colaboradores estão aqui, o Edson(F), o Moacir(F), a Sheila(F), que produziram grande parte desse material, aquele que é coletado através de todo o sistema de informações da nossa Secretaria. E particularmente queria agradecer ao Reinaldo, que é o diretor do Fundo Municipal de Saúde, que vai fazer a apresentação da questão financeira.

Eu tenho certeza que há uma enorme... um enorme interesse nisso. 2017, como vocês sabem, foi um ano duríssimo para o país como um todo, foi um ano difícil para o Município de Campinas. E acho que a apresentação dessa prestação de contas, como vocês vão ver, vai mostrar o compromisso que esse governo tem tido com a área da saúde, porque mesmo em um cenário de muita restrição econômica, queda de arrecadação, a gente conseguiu manter um volume de aplicação de recurso na área da Saúde absolutamente compatível com o período que nós vamos discutir isso.

É claro que isso será depois aberto, esse material foi apresentado na quarta-feira ao Conselho Municipal de Saúde, então ele já é público esse material. São duas obrigações que nós temos e agora trazemos aqui à Câmara e à sociedade, através da TV Câmara, toda essa prestação de contas.

Então, mais uma vez obrigado, e nós, vereador Paulo Galterio, a gente se organizou da seguinte maneira: o Reinaldo faz a apresentação da área financeira, que eu acho que... E depois eu vou fazer uma apresentação de alguns indicadores de saúde. A gente não colocou todos, porque se a gente colocar todos, a gente ocupa a manhã toda só mostrando números, indicadores; a gente selecionou aqueles indicadores que são os mais importantes, mas é claro que a gente está à disposição de tirar eventuais dúvidas, e aquilo que eu não souber, as pessoas que estão aqui comigo podem me ajudar.

Então eu vou passar a palavra ao Reinaldo e... para fazer... se o senhor estiver de acordo de ser dessa maneira.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Sim, sim, o senhor tem a liberdade de entender o que é conveniente. Pode ficar à vontade.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Ok, então muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Secretário, antes de o senhor iniciar, eu quero lembrar aqui também da presença do Fernando Alves, que está

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

presente aqui, assessor do vereador Jorge da Farmácia, correto? Paulo Lima, vereador Vinicius Grattis... Desculpa, vereador Vinicius Gratti.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Tudo bem? Bom dia a todos os presentes. Eu queria agradecer a presença de todos aqui presentes e em particular também aqueles que estão nos assistindo pela TV, pela TV Câmara.

Um momento importante de prestar conta em um ano muito difícil, a gente vem vindo de dois anos muito difíceis, 2016 também foi, mas 2017 foi um ano bastante turbulento nas questões econômicas e financeiras, não só do nosso município, mas do país.

Esse relatório, ele apresenta as despesas, os gastos com saúde totais do município de janeiro de 2017 a dezembro de 2017, acumulado.

Isso é uma obrigatoriedade da Emenda Constitucional de 2000 e da Lei Complementar 141, onde o mínimo para se aplicar em saúde pela Emenda são 15% em saúde, os municípios, e na nossa Lei Orgânica eleva esse percentual a 17%. Essa lei, ela preconiza algumas condições que são alguns impostos diretos que o município recebe, além dos impostos federais e estaduais, pela despesa com recursos próprios do município.

Na esfera de repasses do governo federal, nós temos impostos de: IPI, IR, IPTU; na esfera municipal: IPTU, ISSQN e ITBI e na esfera estadual: IPVA e ICMS.

Nesse ano, nós arrecadamos com esses impostos — nós, a Prefeitura de Campinas, o município de Campinas —, R\$ 2.908.042.000. Com a composição desses [R\$] 2 bilhões, a nossa maior arrecadação ainda foi o ICMS, [R\$] 860 milhões, seguido do ISSQN, [R\$] 734 milhões, o IPTU [R\$] 557 milhões, e o IPVA [R\$] 280 milhões.

Essa nossa composição de arrecadação ainda teve nesse período com relação à 2016, fechamento de 2016, um acréscimo na ordem de 1,16%, algo assim, pouquinho a mais do que 2016. Lembrando que nós tivemos uma inflação no período de um pouco mais de 3%, ainda assim mostra que tivemos um pequeno aumento.

Nós também recebemos pelo Fundo Municipal, além de... os repasses, que esses repasses são do município, mas que vem direto para o Fundo Municipal, receitas oriundas do Ministério da Saúde, através do Fundo a Fundo. Então nós [*ininteligível*] e esses recursos vem por blocos de financiamento até 2017, há uma mudança agora nesse panorama a partir de 2018 que não existe, só vai ter dois blocos, um de custeio, um de investimento, mas até 2017 vinha por blocos.

Então, no bloco da Atenção Básica, nós recebemos [R\$] 51,508 milhões. Isso são receitas, tá? No bloco da Média e Alta Complexidade, que atende convênios e a área hospitalar: [R\$] 268.402.000. No bloco da Vigilância em Saúde: [R\$] 7,035 milhões. Na Assistência Farmacêutica: [R\$] 5,889 milhões. Bloco Gestão do SUS: [R\$] 80 mil. Em investimentos: [R\$] 5,262 milhões. Ainda Farmácia Popular, porque nós não temos mais Farmácia Popular a partir de meio do ano passado, por aí, não me lembro quando, mas ainda recebemos nesse programa [R\$] 250 mil. Investimento: [R\$] 900 mil.

Programas que vêm via Fundo a Fundo pelo Estado — é do Estado, mas vem via Fundo a Fundo —, que é o programa Dose Certa, Glicemia, e aquele convênio de leitos, que a gente tem para custeio com o Estado, que o município de Campinas tem com o

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Estado para o custeio do Ouro Verde, recebemos [R\$] 33,463 milhões.

Outras receitas: [R\$] 5,3 milhões.

Então, nós recebemos de recursos vinculados, de acordo com as suas respectivas fontes aqui apresentadas, no ano 2017: R\$ 378,165 milhões.

Aqui as nossas despesas e seus percentuais respectivos, como é que compõe a despesa direta e indireta. No total, nós podemos ver na linha lá embaixo, que a Saúde teve um gasto de [R\$] 1.260.603.000. Nas despesas diretas: [R\$] 602,115 milhões da Folha de Pagamento, os funcionários, totais, da Saúde, que, em um percentual de quase 50%, 49,85[%]. Despesas com consumo: nós gastamos [R\$] 63,246 milhões, em um percentual de 5%. Convênios: hospitais, serviço hospitalar, e todos os convênios com a Secretaria: [R\$] 389,120 milhões, 32% é uma despesa bastante importante no quesito "valores" para o nosso município. Demais serviços: [R\$] 148,616 milhões, percentual: 12,16%[sic].

Nas despesas indiretas. Equipamentos e Materiais Permanentes: [R\$] 981 mil. Desapropriações: [R\$] 494 mil. Obras: [R\$] 2,725 milhões. Indenizações: [R\$] 530 mil.

No total da administração, de [R\$] 1,207 bilhão, com o repasse feito ao Mário Gatti, para custeio do Mário Gatti, porque a Folha está lá no [R\$] 602 milhões, nós chegamos a [R\$] 52,899[sic] milhões, o repasse a custeio do Mário Gatti.

[R\$] 1,260 bilhão, esse é o gasto total em Saúde no município de Campinas no ano de 2017.

Obviamente, a pizza demonstra: nossas maiores despesa está em Folha e Convênios, seguida de Contratos e Serviços, e Custeio com 5%.

A gente faz uma apresentação sempre das despesas nas suas linhas maiores com relação a 2016. Então, vocês vejam que a Folha teve um pequeno aumento de 0,10, apesar de a gente, os funcionários... a Prefeitura não ter dado aumento em 2017, mas a Folha tem um movimento de valores que aumentam por benefícios que tem na Folha, além do que em 2017 nós tivemos algumas demissões, e as emissões dos encargos estão contabilizados dentro do ano 2017. Então, ainda não tendo aumento, nós tivemos um pequeno aumento na Folha, quase que incipiente.

Em Materiais de Consumo nós tivemos uma queda de 5%, em 2016 nós liquidamos [R\$] 66,598 milhões; em 2017 [R\$] 63,246 milhões.

Em Convênios, que são áreas hospitalares, também uma pequena queda, de [R\$] 391,197 milhões, nós liquidamos [R\$] 389,12 milhões; e demais serviços, que são contratos e serviços totais da Secretaria, excluindo-se aí convênios, [R\$] 137,33 milhões em 2016 para [R\$] 148,616 milhões em 2017. Aqui nós tivemos um aumento de 8% nessa linha de despesa, acima da inflação, inclusive.

Esse mesmo [R\$] 1,26 bilhão que a gente vê no total geral na última coluna é aquele [R\$] 1 bilhão que gastamos, só que aqui a gente apresenta pelas respectivas fontes de gastos, ou seja, na Folha de Pagamento dos [R\$] 602 milhões, quase toda ela com recursos próprios, separando inclusive a Folha do Mario Gatti da Folha da Saúde. Com destaque, a gente pagou com recurso federal, [R\$] 32,6 milhões, com recurso estadual, [R\$] 325 mil.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Em material de consumo, dos [R\$] 63 milhões gastos, nós gastamos [R\$] 33,815 [milhões] com recurso próprio do Município, [R\$] 24,36 milhões com recursos federais, [R\$] 4,887 milhões com recurso estadual e [R\$] 179 mil com recurso próprio da Saúde.

Os convênios, [R\$] 156 milhões, recursos próprios; federal, [R\$] 206,444 milhões e do Estado, [R\$] 26,131 milhões; lembrando que o Estado aqui é o Ouro Verde, é o convênio com o Ouro Verde, que ele tem uma meta de repasse de [R\$] 2,5 milhões por mês, [R\$] 30 milhões, mas nós temos um contingenciamento do Estado de 5%, [R\$] 125 mil. O Estado vem contingenciando desde 2016 os repasses nesse convênio. E isso também é um dificultador para nós.

Em equipamentos nós gastamos [R\$] 900 mil; [R\$] 700 mil, recurso federal e [R\$] 280 mil, recursos próprios. Desapropriação é recurso próprio, [R\$] 494 mil. Em obras, liquidamos [R\$] 2,725 milhões, [R\$] 1,825 milhão, recurso próprio e [R\$] 900 mil, recurso federal.

[R\$] 530 mil, indenizações e com o repasse do Mario... [R\$] 887 milhões, com repasse de [R\$] 11 milhões para o Mario Gatti, de recurso próprio; [R\$] 39 [milhões], de federal; [R\$] 1,452 milhão, do Estado. Então, nós chegamos à cifra do [R\$] 1,26 bilhão.

Lembrando aos senhores que o que compõe a Emenda Constitucional e a Lei Orgânica é o recurso próprio do Município, que é os [R\$] 898,621 milhões. Esse é o número que a lei preconiza para que se atribui o mínimo em saúde e gasto no município.

Mas, o total em saúde, gasto em saúde nesse município foi [R\$] 1,26 bilhão. Nesse [R\$] 1,26 bilhão está à linha de baixo, que é o restos a pagar, que é [R\$] 76,884 milhões, recurso próprio; [R\$] 7,4 milhões, recurso federal; 900... [R\$] 500 mil de recurso estadual.

A nossa... demonstramos aí nesse gráfico como é que as despesas se pontuam, continuamos, o Município, aplicando mais de 70% com recursos próprios do Município em saúde. E na esfera federal 25% e nas demais esferas que é o Estadual, dois ponto... quase 3%.

Então, há de se pensar sempre, a cada vez que se apresenta a prestação de contas, como é que brigamos, o município, através do Legislativo, através de nossos representantes aqui do governo para que o investimento em saúde seja um investimento que favoreça um pouco mais o Município, porque a cada vez para se manter despesas em saúde, que elas são caras, despesas em saúde é evolutiva, despesas em saúde tem novas tecnologias para que se atenda a tudo isso e que se mantenha os números que o secretário vai apresentar aqui na área assistencial, há de se entender que precisa de recurso e principalmente que recurso não pode sair só dos cofres públicos municipais, como a gente vem olhando, não nesse município mas em quase todos... em todos os municípios do nosso Brasil.

Nós apresentamos o segundo quadro, aqui estão apresentadas as despesas, que é a nossa segunda maior fonte de gasto, que é com convênios.

Então nós gastamos em convênio o ano passado [R\$] 441,819 milhões — total, no final da linha ali, no final da linha o nosso quadro à direita.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Cada um dos convênios aí apresentados, tem convênios que só pagamos com recurso federal, na esfera federal, que é a APASCAMP; a APAE; a Casa da Criança Parálitica; a Fundação Penido Burnier; a Fundação Síndrome de Down, com seus respectivos valores ali; o Grupo Vida, já temos valores atribuídos na esfera própria e federal; o Padre Haroldo é um convênio que só tem recursos aportados na esfera [ininteligível] própria do município, [R\$] 1,355 [sic] bilhão--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 1 milhão.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: [R\$] 1,335 milhão. Verdade, secretário... [R\$] 1 bilhão é muito...

A Irmandade Misericórdia, dos [R\$] 10 milhões, [R\$] 6,686 [milhões], com recurso federal e [R\$] 3,324 [milhões] com recurso próprio; a Maternidade de Campinas, [R\$] 36,894 milhões gastos, [R\$] 29,710 [milhões] recursos federais e [R\$] 7,183 [milhões] recursos próprios; a Beneficência Portuguesa, [R\$] 11,985 [milhões], [R\$] 7,500 [milhões] recurso federal e [R\$] 4,476 [milhões] recurso próprio; o Cândido Ferreira, de [R\$] 70,920 [milhões] gastos, [R\$] 28,503 [milhões] recurso federal e [R\$] 42,416 [milhões] recurso próprio; a PUC-Campinas, [R\$] 118 milhões, [R\$] 67 milhões recurso federal e [R\$] 51,840 [milhões] recursos próprios.

O Ouro Verde, a gente pôs "Vitale" aqui, mas a gente... deveríamos ter posto "Ouro Verde", porque a Vitale é um convênio suspenso hoje, e nós estamos pagando o Ouro Verde. Mas, está aí a Vitale, mas na verdade, era que estava lá... tem uma liquidação ainda sendo executada para a Vitale, sem repassar recursos, mas gastamos [R\$] 131 milhões — para manter o Ouro Verde — [R\$] 397 mil... [R\$] 59,744 [milhões] da esfera federal, 42... [R\$] 45,521 milhões, que recursos próprios e [R\$] 26,131 milhões federal... estadual; o repasse do Mário Gatti [R\$] 39,966 [milhões] foram federais, [R\$] 11,279 [milhões] próprio, [R\$] 1,452 [milhão] recursos próprios do Mário Gatti, em um total de [R\$] 52,699 [milhões].

Essa linha de baixo, ela não é somatória, os [R\$] 184 milhões que estão vendo lá, mas é um número que, lá atrás, nos foi solicitado para fazer uma referência à Folha e o custeio do Mário Gatti, quanto custaria para o município. Então, para a gente fazer um entendimento desse convênio na sua totalidade entre Folha e custeio, o Mário Gatti é um hospital que custa aos cofres públicos 184... custou aos cofres públicos, em 2017, [R\$] 184,357 milhões; o Ouro Verde [R\$] 131,397 milhões e a PUC Campinas... os hospitais maiores, [R\$] 118,935 milhões.

Com a arrecadação que é atribuída aos municípios pela Lei Orgânica e pela Emenda Constitucional de [R\$] 2,908 milhões com o gasto em saúde, somente de recursos próprios, de [R\$] 898 milhões, que são os 70% que o município gastou do total gasto em saúde; nós chegamos ao percentual de 30,9[%], em 2017, em uma obrigatoriedade de 17[%] da União e de 15[%] do município.

Aqui é como que é o percentual ao longo dos últimos anos. Em 2016, nós atribuímos no último quadrimestre 31,12[%]; em 2017, 30,90[%]. Então... e que fica bem claro que apesar de todas as dificuldades que tivemos, apesar de ter uma queda dos impostos nominais, uma vez que a arrecadação subiu menos que a inflação, um momento que a nossa despesa subiu um pouco mais ainda, ainda assim o município aplicou acima de 30% em Saúde.

Esse é o nosso orçamento: como iniciamos 2017, como fechamos 2017, nas

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

suas respectivas fontes, e como iniciamos 2018. Ou seja, nós iniciamos o orçamento em 2017 com [R\$] 1,261 bilhão e fechamos com [R\$] 1,453 bilhão, porque Finanças e Orçamento, ele é dinâmico, se você recebe mais recurso, você tem necessidade, você tem que suplementar, fazer suplementação.

Veja, nós começamos o orçamento de 2017 com [R\$] 1,261 bilhão e terminamos o ano liquidando [R\$] 1,260 bilhão, então, não haveria como se não houvesse suplementações necessárias para poder atender andamento de contrato e outras necessidades orçamentárias para poder executar. Nós terminamos o ano liquidando exatamente o que nós orçamentamos no início 2017.

Veja que nós terminamos o orçamento de 2017 com [R\$] 1,453 bilhão e já iniciamos 2018 com [R\$] 1,411 [bilhão], seguramente nós vamos liquidar esse [R\$] 1,411 [bilhão] e até, possivelmente, até mais, dependendo de como caminhar essa economia e necessidade em Saúde.

Essa aqui só demonstra que o município sempre aplicou acima dos 17[%], acima dos 17% em patamares que cada vez mais vem se aumentando. Em 2012, quando inicia esse governo, ele estava já em 27% e, 5 anos depois, já estamos em 30%, acima de 30%.

Aqui, nós tivemos, algumas apresentações atrás, um gráfico... a gente demonstra como é que é a evolução orçamentária e quando começou isso em 2000, que foi atribuído a responsabilidade. Nós saímos de um orçamento de [R\$] 188 milhões, que se aplicado só à inflação de 2000 para cá, até 2016... veja, se a gente pegasse o orçamento de 2000, e aplicasse o índice da inflação do país — não vou falar outras inflações, mas só a inflação —, a gente teria um orçamento, agora, para 2017, de [R\$] 580 milhões.

Veja que o município de Campinas está orçamentando [R\$] 1,411 bilhão. Aí vê o distanciamento da necessidade de um início de uma lei em 2000 para a realidade de necessidade que esse município teve e para a necessidade que, obviamente, todos os municípios têm em relação às suas necessidades de gastos com Saúde.

Essa é apresentação do Fundo Municipal. Nós vamos estar aqui, vou também estar aqui para poder fazer qualquer esclarecimento que os senhores vereadores, todos tiverem, os senhores presentes.

Eu agradeço, senhor vereador Paulo Galterio, pela oportunidade.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Eu vou, se o senhor me permitir, senhor secretário, eu vou fazer um questionamento aqui.

Nós temos aqui, na prestação de contas do terceiro trimestre, o percentual--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Sim, mas aqui... do Terceiro quadrimestre, que está marcado aqui, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Sim, então, o último, né?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone]

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Ah, sim. Sim.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Eu estou vendo aqui que nós gastamos 49,85% com despesas de pessoal, material humano. É isso, mesmo, né? Só para eu confirmar aqui.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É, sim.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Desculpa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Ah, sim.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Pode falar.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Então, olha, estou vendo aqui na prestação de contas do 3º quadrimestre 2017, percentual de despesa por fonte. Então, são 45,89... 49,85%. E isso para quantos funcionários da Saúde?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Nós vamos mostrar aqui.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Vai mostrar, já?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Vou. Vou mostrar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: O secretário vai fazer uma apresentação.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Ah, sim.

Secretário, eu só... assim.. Eu estou...

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Em torno de [R\$] 5 mil.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: [R\$] 5 mil?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Em torno de [R\$] 5 mil.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Tá. É só para a gente tentar entender, *[ininteligível]* um ponto de vista, vereador Ailton da Farmácia, vereador Pedro Tourinho, é só para a gente entender um pouco a engrenagem. Eu tenho até a intenção de fazer umas interrogações, secretário, porque senão a gente fica só vendo número e a gente não entende a dinâmica, aí expõe número, número, número, número, aí a coisa passa como um rolo, e vai passando, e a gente não vai entendendo.

Então, eu queria... fizesse interrogação, porque assim... o meu ponto de vista é assim, eu quero chegar no ponto de quanto se gasta com relação a cada funcionário, dividindo o valor que nós gastamos no pessoal para saber o custo do servidor público da Saúde para a cidade de Campinas, porque, assim, eu desconheço esse número.

Então, eu queria saber essa... essa é a minha interrogação, se a gente dividir [R\$] 400 milhões por 5 mil funcionários, quanto custa esse funcionário público para a cidade de Campinas, na média, independente do salário.

Era essa a minha interrogação, secretário. Senão, não consigo fazer isso. Se a gente for só passando, talvez não desperte a atenção das pessoas e nossa também.

Quantos funcionários seriam na...?

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Senhor presidente, pela ordem. Eu queria sugerir para Vossa Excelência, talvez, deixar o secretário fazer a apresentação dele, que eu acho que talvez várias dessas questões sejam respondidas na apresentação do secretário.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

O senhor vai fazer uma apresentação, não vai, senhor secretário?

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Esse número.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Nós temos duas possibilidades agora, a gente pode discutir isso que o Reinaldo apresentou e depois eu apresento, ou então eu faço a apresentação, porque complementa com indicadores. O número de funcionários eu vou mostrar aqui, nós temos em torno de 5 mil. Na verdade, acho que é 4.995, por aí. *[ininteligível]* 98, isso.

Mas, vocês definem, para nós tanto faz.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Eu vou... vereador Pedro Tourinho, é assim...

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Essa é a sugestão que eu faço, é que eu não sei se o vereador Ailton da Farmácia tem *[ininteligível]*...

[falas simultâneas]

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Eu penso, com todo o respeito, secretário, vereadores aqui presentes, algumas interrogações eu acredito que *[ininteligível]* o momento, até para a gente saber o custo do funcionário servidor público para a cidade de Campinas, se é *[R\$]* 1 mil, *[R\$]* 2 mil, *[R\$]* 3 mil, *[R\$]* 4 mil, e de repente passa do momento, a gente perde aquele viés.

É por isso que eu fiz a questão de perguntar agora para a gente saber o custo do servidor público, se é *[R\$]* 1 mil, *[R\$]* 2 mil, *[R\$]* 3 mil. Talvez, na hora que passa, a gente não se atente a esse fato. Isso está na tabela, o custo do funcionário público mensal? Tem aí?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Não, não. O que eu quero saber aqui na comissão hoje, já que é de prestação de contas, muito importante, secretário, é que a cidade saiba quanto custa um servidor público da área da Saúde, porque se nós gastamos R\$ 400 milhões na Saúde aqui, se a gente dividir por 5 mil funcionários, eu tenho o custo médio.

Vou dar um exemplo: um juiz na Paraíba custa R\$ 40 mil para ele exercer a jurisdição(F). Então, eu, como presidente da Comissão de Saúde...

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Faz essa conta aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Sim, sim, sim. Então, mas assim...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Mas é apenas média, entendeu? Eu vou perguntar. Vereador Marcos Bernardelli, assim, eu vou, como presidente da Comissão de Saúde, se não tiver a intenção de divulgar os dados pra

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Campinas, eu me levanto e vou embora, secretário. Eu acho que, como vereador e como presidente da comissão, eu acho que é importante.

Eu só queria que... eu faço a conta aqui, só me fala o número de funcionários e eu faço um custo médio por servidor da Saúde.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: O Reinaldo está fazendo essa conta, que é... é uma conta...

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Mas, eu faço aqui. Eu faço aqui. Mas, pode seguir, eu faço a *[ininteligível]*, secretário.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: É que, na verdade, a Saúde ela é multiprofissional.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Sim.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Então, você tem, por exemplo, certamente os salários mais altos são os salários dos médicos, não é? Depois você tem o salário dos enfermeiros.

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: É do secretário, hein.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Que é médico. Que é médico.

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Eu não resisti.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Que é médico. Não tem nada, vereador Pedro Tourinho. Nenhum problema.

Não, só estou dizendo que por ser multiprofissional você tem inúmeras categorias: nós temos o piso salarial do Município, que é respeitado, inclusive para os agentes comunitários de saúde, que, como a gente sabe, na lei federal o salário é *[R\$]* 1.100, mil e pouco, mil e cento e pouco, e nós respeitamos o piso salarial e ainda algumas vantagens, de modo que o próprio agente comunitário de Saúde, na cidade de Campinas, tem um salário que é mais do que o dobro do que a lei federal coloca.

E depois, tem... Agora, o salário é uma coisa muito individual, depende do tempo de trabalho, incorporação de benefícios, quinquênio, anuênio, sexta parte, trabalhos em comissões, etc.

Então, é muito difícil fazer. A gente pode até fazer a conta, vamos dizer, individual. Quanto é?

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: A conta feita do jeito que o vereador solicitou, daria *[R\$]* 602,115 milhões, daria *[R\$]* 120.471 no ano, numa média mensal de *[R\$]* 10.039, se a gente dividir isso por...

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Então, assim, eu posso afirmar que o custo do servidor público da Saúde é R\$ 10 mil ou não?

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Não, não dá. Eu acho que não--

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: O custo médio, um pelo outro, independente da função--

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: --um pelo outro por mês...

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: --médico, quem faz

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

limpeza. Tem uma média. Assim, secretário, com todo o respeito, assim, média eu pego [R\$] 5 mil, independente da função eu tenho uma média, um ganha mais outro ganha menos.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: É essa...

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: O custo, assim... o custo do servidor é R\$ 10 mil?

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Dividido por... pegando o valor, dividido por...

Hã?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Falta o Mário Gatti nessa conta, Reinaldo.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Não falta o Mário Gatti, é que eu peguei o total de gasto em saúde do município, está com o Mário Gatti, [R\$] 602 milhões é com a folha do Mário Gatti.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: E o número de funcionários?

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Ah... o número de... Ah, bom--

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: *[ininteligível]* uma média, uma média--

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: --então, cadê o número de...? Não sei, você me deu... Qual é o... cadê o número de funcionário do Mário Gatti?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Um mil e duzentos do Mário Gatti.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Então, espera aí.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Coloca 1,2 mil.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Então, espera aí.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: *[pronunciamentos fora do microfone]*

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Tá, então espera aí. Vamos lá.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Então está bom, eu vou superar essa discussão, secretário--

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Vamos lá.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: --pode ficar sossegado, que eu supero.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: É... vamos lá então, sem problemas. É que foi passado, pensei que esse número estava com o Mário Gatti.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[ininteligível]* Mário Gatti.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: São quatro... você pode ver o número Sheila(F), por favor?

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SRA. SHEILA(F): Mil e duzentos--

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Não, mas o número aí: quatro, duzentos e quanto?

SRA. SHEILA(F): Não, 4,998 *[ininteligível]*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: 4,998.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: 4-9-9-8...

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Seis e duzentos.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: 4-9-9-8, mais 1,2 mil?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Divide por um e duzentos.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Não. Quanto que é do Mário Gatti, 1,2 mil?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Divide o valor global por *[ininteligível]* 6,2 mil.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Ah, tá.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: *[ininteligível]* a média, independente da função. Eu não sei quanto custa um funcionário de saúde em Campinas. Eu quero saber quanto custa um funcionário, independente de ser médico ou trabalhar na limpeza, tem um custo médio, é só pegar o que gasta, 50%, e dividir pelo que pagou para o recurso humanos... ou eu estou errado, entendeu? Só saber o custo do funcionário público, é simples. Estou falando quanto custa um médico, independente do salário.

ORADORES NÃO IDENTIFICADOS: *[pronunciamentos fora do microfone]*

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Não... divide por 12, depois divide isso aqui... Hã... Hã?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: *[ininteligível]* você tem que dividir os seiscentos e *[ininteligível]* por...

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Por... são seis e duzentos--

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Seis e duzentos.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Aí divide por 12 para ver por mês, dá 8 mil. Oito mil *[ininteligível]*.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Tá. Então, o custo funcionário do Mario Gatti são R\$ 8 mil?

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Por mês... Não, não, do total de saúde com o Mário Gatti — é que aquele primeiro número, eu não tinha posto a quantidade de funcionários do Mário Gatti — então nós tivemos um gasto anual com funcionário de *[R\$]* 97,115 milhões, que dividido por *[ininteligível]* dá *[R\$]* 8 mil por funcionário.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Do Mário Gatti, né?

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Não, do total da saúde--

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Ah, tá da saúde, incluído o--

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: --da saúde como um todo, Mário Gatti, saúde e todos, dividindo — como o senhor pediu —, pela quantidade de funcionários da saúde.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: *[ininteligível]* assim, a minha interrogação é essa: eu posso considerar que um funcionário da área da saúde, independente, custa R\$ 8 mil aos recursos humanos, é isso?

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: É isso--

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: *[ininteligível]* a informação que eu queria é assim: como a gente tem... é uma prestação de contas--

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: *[ininteligível]* incluído o 13º... Ah, é verdade. Está incluído o 13º. Então, tem que dividir por 13 e não por... Verdade, então vamos lá, já não é bem assim, porque aqui tem o 13º.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Cinco mil, trezentos e pouco... cinco, trezentos e pouco.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Noventa e sete, cento e quinze...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Mostra aqui pra *[ininteligível]*. Mostra aqui pra... Reinaldo, a conta já está feita.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: 7,470 mil, *[ininteligível]*--

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Qual que é a relevância da minha pergunta? Só queria dizer, secretário--

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Sete mil, quatrocentos e setenta.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Nós temos um custo, o servidor público na cidade de Campinas — até para eu, posteriormente, fazer um custo das outras cidades para eu saber quanto custa cada servidor nas outras cidades — isso é importante para o meu ponto de vista aqui *[ininteligível]*.

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Aqui na Câmara, ó, o assessor custa *[R\$]* 6,561 mil--

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Assim, vereador Pedro Tourinho, a questão é assim--

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Vereador Paulo Galterio, eu gostaria de sugerir, apelar ao senhor, de novo, que a gente pudesse ouvir o secretário, *[ininteligível]*... Eu vim aqui para ouvi-lo, não outras coisas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Tá. O senhor tem a palavra, secretário.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Nenhum problema, acho que não existe assunto proibido, a gente esclarece, não tem problema. É que essa conta normalmente

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

a gente não faz, porque como há uma diversidade muito grande de profissionais, eu acho que a gente tem que fazer um pouco categorizado, senão a gente comete um equívoco de dizer que... isso daí inclui salários maiores de profissionais de nível superior, salários de profissional de nível médio e assim por diante, mas... Bom, vamos lá.

A ideia agora, vereadores e comunidade, sociedade, é apresentar o relatório do último quadrimestre, esses são indicadores de saúde, indicadores da Secretaria. Então, esse é um instrumento legal que a gente usa, a gente tem essa obrigação de fazer esse monitoramento e acompanhamento da execução da programação anual de saúde, que deve ser apresentado pelo gestor a cada quatro meses nessa Audiência Pública.

Esses instrumentos de monitoramento, orçamentário e financeiro, serão cada vez mais necessários, por conta da nova sistemática de financiamento que está sendo implantada pelo Ministério da Saúde para os vários municípios.

Então, isso já é uma coisa que a gente faz ordinariamente, mas com a nova sistemática de repassar recursos em duas rubricas, uma rubrica de custeio, e uma rubrica de investimento... e o de custeio é melhor chamar de "despesas correntes", porque determinadas coisas que são despesas correntes não são exatamente custeio, por exemplo, uma reforma, um pequeno reparo, isso pode entrar como despesa corrente, e não é exatamente custeio de alguma coisa. Então, é só uma questão conceitual, porque... para não caracterizar que a gente está gastando dinheiro de alguma coisa na outra. Quando estava tudo separado por atividade, aquilo era, vamos dizer, muito engessado, hoje não.

Então, esses instrumentos do plano Municipal de Saúde, da LOA, da programação anual, etc, eles serão cada vez mais necessários ao secretário, a vocês que fazem esse controle da nossa atividade, por conta dessa nova forma de repasse feita pelo Governo Federal. Ainda existem dúvidas, porque é uma coisa muito nova, mas eu acho que devagarzinho está sendo esclarecido.

Bom, essa é a base legal daquilo que nós estamos falando aqui, que é a Lei Complementar 141, que não é de 2012, né? É de 2012, a 141? Depois, a resolução do Conselho Nacional de Saúde, também de 2012, e a nossa portaria de 2013.

Essa estrutura do RDQA... por isso que eu falei para vocês que a gente não vai mostrar tudo. Se houver necessidade, se a comissão quiser — isso está detalhado — não tem nenhum problema, é só para não transformar essa reunião em uma coisa interminável, extremamente... Mas aqui estão colocadas as dez maiores diretrizes da Saúde, os 27 objetivos, os indicadores, e as metas a serem alcançadas.

Lembrar que a Saúde, ela é muito complexa, ela tem muita muitas atividades, e aqui a gente está um pouco... empacotando tudo para fazer com que vocês entendam.

Então, a primeira diretriz é acesso: garantir o acesso da população aos serviços de Saúde com qualidade, equidade, em tempo que seja adequado ao atendimento de saúde, e mediante o aprimoramento da política de atenção e básica atenção especializada. Então, aqui são todos os componentes disso, que integram essa rede de acesso.

Primeiro nós vamos mostrar esse programa, o Programa Mais Médicos, que é um programa do governo federal e que agora esse atual Ministério da Saúde está permitindo que os municípios... isso foi feito em primeiro lugar pelo município de São

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Paulo, que eu saiba é o único que tem contrato de bolsistas do Programa Mais Médicos através do próprio município...

Então, por que é que eu estou falando isso? Porque pode ser que nos próximos *[ininteligível]* se isso for uma decisão política tomada pelo governo, pela secretaria, talvez nós tenhamos gente que não seja vinculada exclusivamente ao Ministério, mas possa ser vinculada, inclusive, ao município.

Então aqui vocês têm os médicos do Programa Mais Médicos por distrito de saúde. Aqui tem o distrito leste, noroeste. Eu acho que a somatória disso aqui, acho que 96. São 96 médicos do Programa Mais Médicos. Na origem lá — e o Pedro deve se lembrar disso — havia uma vinculação de 120 médicos, eu acho, mas esse número nunca foi alcançado. A gente flutuou entre 80 e 96, em determinados períodos a gente tem menos, às vezes mais, depende desse interstício, principalmente quando a maioria dos médicos eram estrangeiros.

Lembrar que o Programa Mais Médicos, por uma definição política deste atual Ministério da Saúde, ele hoje tem mais médicos brasileiros do que estrangeiros. Hoje mais da metade dos médicos do Programa Mais Médicos já são brasileiros, formados no Brasil, alguns, mas a maioria formados em outros países, principalmente, da América Latina. Então, nós temos médicos formados na Bolívia, no Paraguai, na Argentina, e houve uma redução significativa do número de médicos cubanos nesse programa. Acho que isso foi... Tem uma longa história nisso, mas eu acho que foi repactuado, de modo que houve uma reaproximação do governo brasileiro com o governo cubano, então a tendência é ter um certo equilíbrio entre médicos estrangeiros e médicos brasileiros.

Bom, aqui é a cobertura estimada pelas equipes da Atenção Básica, das equipes... E aqui nós temos um número, de 2017, de aproximadamente 50%, um pouco mais de 50%. A nossa meta é mais do que isso, a gente quer chegar perto de 60% dessa cobertura, mas isso exige a contratação e ampliação do quadro, principalmente de médicos, mas não só, enfermeiros, dentistas, a gente precisa, futuramente, aumentar essas equipes da Saúde da Família, até para poder habilitar.

Talvez, a questão da Saúde da Família seja a única atividade, vereador, que “vem com o pão em baixo do braço”, como eu digo, né? Quer dizer, são contratos que quando a gente faz, a gente amplia as equipes e isso traz recurso quase que automaticamente.

Então, esse programa tem que ser visto sempre com muito cuidado, no sentido de que ele é automaticamente autofinanciável, coisa que as outras atividades não são automaticamente autofinanciáveis, depende de habilitação, depende de portaria, depois depende de publicação da portaria, e os pagamentos sempre tem uma demora muito grande, por exemplo, entre uma habilitação de uma UPA e receber o dinheiro da UPA, às vezes, transcorre anos, eu não estou exagerando, e você mantendo a porta aberta, porque não tem como fechar a porta.

Bom, aqui é uma coisa muito bacana, que tem sido desenvolvido principalmente no Distrito Sul, junto com o Mário Gatti, que são essas internações por condições sensíveis à Atenção Básica, que o pessoal chama de Icsab. Existe uma meta de que 21% — quer dizer, foi estatisticamente colocado —, 21% das internações seriam sensíveis à Atenção Básica e, portanto, com a contrarreferência traz o paciente de volta para a rede e traz de volta orientado e articulado junto com o hospital de

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

referência.

Então, aqui tem uma lista de doenças que são passíveis de serem controladas dentro da Atenção Básica, claro, algumas muito mais frequentes do que outras, como o caso de diabetes, hipertensão e outras menos frequentes, mas são doenças passíveis de serem controladas dentro do sistema, dentro das nossas unidades de atenção básica. E nesse ano de 17, a gente mais ou menos cumpriu a meta que estava estabelecida no ano anterior.

A proporção de internações por condições sensíveis à Atenção Básica. Está o gráfico ano a ano, o nosso pico foi em 2015, mas isso, como vocês veem, fica flutuando aí entre 20, 25 e não tem grande diferença estatística entre esses anos aí.

Aqui é a cobertura populacional de equipes de saúde bucal. Então, o gráfico, graficamente, ele é muito aparentemente meio dramático, assim, mas a queda foi de aproximadamente 3%, isso se deve a questões funcionais, mas, principalmente, a questões estruturais.

A gente está finalizando agora, através da Secretaria de Administração, o contrato de manutenção de equipamentos de... talvez a categoria de dentistas haja necessidade de alguma recomposição, mas o maior problema que eles têm tido hoje é mais operacional mesmo, devido a problema no contrato de manutenção desses equipamentos de odontologia. Do início do ano para cá, eu tenho feito várias reuniões, o vereador Paulo Haddad tem participado conosco dessas reuniões e a gente está colocando esse assunto em ordem para poder voltar aos indicadores anteriores. Eles não são tão diferentes, nós estamos falando aqui de 2,5%, mas a gente gostaria de voltar, pelo menos, ao patamar do ano de 16.

Vocês estão acompanhando... O Reinaldo falou, por exemplo, de algumas desapropriações. As desapropriações são desapropriações do aeroporto e desapropriação do Nova América, para construção de unidades do Saúde em Ação.

Nessas próximas semanas — eu tenho impressão que no fim de março ou começo de abril — nós vamos entregar três novas unidades básicas de saúde, que são essas que estão aqui colocadas em primeiro lugar, que é a do Perseu, Santos Dumont — Santos Dumont está, praticamente, prontinha —, e Satélite Íris I. Então no final desse mês e início do mês que vem a gente entrega essas três unidades. O Satélite Íris II, o Florence, o DIC VI, eles estão previstos para agosto a entrega dessas unidades. E o CAPS, também, que fica na região do Mário Gatti, também a previsão é para entrega em agosto. E até o final do ano, início do ano que vem, se completam as outras unidades: o Nova América — eu não sei se eu vou lembrar todos de cabeça —, mas são as outras unidades que compõem o satélite... o programa Saúde em Ação.

E nós temos nove reformas. Dessas nove reformas, duas unidades são demolição, seguido de construção, que é o Esmeraldina e o São Cristóvão. Então, Esmeraldina e o São Cristóvão... Esmeraldina já foi demolido por pedido da comunidade — a comunidade pediu, porque tinha algum vandalismo, tinha gente que estava habitando em uma unidade que estava desativada —, então já foi demolido; e o Florence, também, já foi demolida a unidade antiga, ela tinha um problema estrutural irresolvível — foi construída em cima de uma galeria de água pluvial e ali ela afundava —, então já foi para um outro terreno e a obra também está em andamento, em agosto deve estar pronto. O pessoal que trabalhava no Florence foi dividido em algumas unidades.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

E não aparece em nenhuma das nossas apresentações aqui, mas vai ser construído, ainda com uma licitação que vai ser feita, o Bassoli. Unidade nova também na região noroeste. Então a região noroeste, ela vai ser muito... aquinhoada, vamos dizer, no desenvolvimento desse programa do Saúde em Ação.

Nesse ano de 17, a gente entregou o San Diego e o São Bernardo, são duas unidades básicas de saúde, que já estão funcionando.

A diretriz 2 está ligada à rede de atenção de urgência e emergência, as UPAS, o SAMU e os prontos-socorros.

E aqui estão a proporção de acesso por acidente. Vocês vejam que nós cumprimos a meta. Apesar das dificuldades, o Samu, que a gente tem... eu queria render meus agradecimentos e as minhas homenagens aos funcionários do SAMU, eles têm sido heróicos com problemas que nós temos lá. Vocês sabem, o SAMU é um programa federal, normalmente as ambulâncias que nós recebemos do SAMU... nós recebíamos a ambulância em si, e há alguns anos nós não recebemos nenhuma ambulância. Essas ambulâncias estão muito envelhecidas, então elas quebram muito. Vou aproveitar, vereador, a cada 45 dias, 60 dias todas as ambulâncias param para trocar quatro pneus, para trocar pastilha de freio, para fazer todos... Então, é impressionante o que roda o SAMU, eles chegam a rodar mil quilômetros por dia, às vezes, dentro do circuito da cidade; e eles fazem um esforço enorme para garantir esse acesso. E esse relatório do último quadrimestre mostra que isso cresceu em 2017 em uma proporção muito importante, passando de 61% para 75% aproximadamente.

Bom, uma coisa boa da Saúde... Assim, eu sempre digo: "A Saúde, se a gente ficar olhando só os problemas, a gente não vê aquilo que são os produtos bons", esse é um produto bom, quer dizer tem caído os óbitos por infarto agudo do miocárdio. Então, vocês vejam que de 2015 para cá, essa queda tem sido consistente, nós estamos dentro, abaixo de uma meta teórica... quer dizer, claro, quanto mais a gente cair melhor, não é isso? Então, essa é uma notícia boa para a sociedade campineira, saber que essas mortes caíram de 15 para 10% em dois anos aproximadamente.

Bom, a Rede Cegonha, vocês sabem, em Campinas é importantíssima, não só para a nossa cidade, mas para a região como um todo. Campinas hoje faz cerca de 20 mil nascimentos por ano, 15 mil são da nossa cidade, 5 mil são de outras cidades, e aqui a gente tem uma morte materna baixíssima — eu acho que eu não vi colocado aqui —, mas a morte materna, o ano passado caiu muito; até onde eu me lembre tinha uma morte materna que é absolutamente excelente, e nós mantido uma mortalidade infantil abaixo de um dígito... abaixo de dois dígitos, quer dizer, com um dígito, em torno de 7, 8, por mil.

Então, a mortalidade... você está me dizendo que tem duas?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Três mortes? Isso. Lembrar que no ano anterior tinha sido dez, né? Então, houve uma queda de dez para três em 20 mil nascimentos. Então, são números muito, muito importantes.

Eu acho que a gente tem o privilégio de ter maternidades importantes como o Caism, que cuida de nascimentos de alto risco, praticamente todos vêm para cá, e a Maternidade, a PUC, e depois algumas unidades privadas, também, que prestam um bom serviço nessa área de obstetrícia, como o Hospital Vera Cruz, Madre Theodora, e

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

assim por diante.

Bom, aqui são os exames citopatológicos. Aqui eu sou obrigado a fazer um parêntese, se vocês me permitem. Esse programa de controle do papanicolau, ele é um programa que é gerenciado pelo governo do estado através da DRS 7, e esse material era coletado nas unidades de saúde de todos os municípios, os nossos, inclusive, e o papanicolau era analisado pelo Caism.

No ano passado houve uma mudança disso, nós tivemos um represamento de lâminas, quase sete meses ficaram represadas — e isso está sendo liberado gradualmente —, e isso foi transferido para o Hospital de Barretos. Então, hoje, as lâminas coletadas em várias regiões — não é só de Campinas, Campinas, Jundiaí, Circuito das Águas, região de Piracicaba, etc —, essas lâminas vão para Barretos.

Barretos criou um terceiro turno, levou os profissionais que já tinham experiência para fazer isso, então houve uma recuperação, vamos dizer assim. Nós estamos falando de 17.000 exames por mês de todo esse conjunto, não de Campinas, mas todo esse conjunto da DRS. Então, foi transferido o orçamento e recurso para o Hospital de Barretos para que ele fizesse o papanicolau, e o Caism e o Instituto Adolfo Lutz pararam de fazer.

As mamografias. Isso é uma outra coisa que evoluiu muito no nosso município. A vinda de Barretos, a compra de um novo equipamento da PUC, mais equipamentos da rede municipal, fizeram com que a gente melhorasse os nossos indicadores, e temos ainda um pouco que melhorar, mas isso, para a gente melhorar, nós vamos ter que fazer busca ativa, e isso começou a ser feito. Nessas semanas vocês estão vendo que existem movimentos: uma das carretas do Hospital de Barretos está na região do Campo Grande, uma está na região do centro.

Então, a ideia para melhorar essa questão da mamografia e do diagnóstico precoce de câncer de mama... tem que haver busca ativa, porque a gente sempre olha os nossos números e não enxerga todas as mulheres de Campinas, e precisa fazer porque ainda é o câncer que mais mata as mulheres... é o câncer de mama.

Proporção de partos normais, também, vocês sabem que é um indicador de qualidade. Eu acho que eu... Na vida — eu sempre digo que — o parto é uma linha tênue — muito — entre a vida e a morte. Então, um parto feito em um ambiente adequado... porque a gente sabe que de 5[%] a 10% dos partos têm algum grau de complicação. Então, o parto hospitalar, na minha visão, é absolutamente necessário, agora, o que não é absolutamente necessário é o excesso de cesáreas que tem sido feitas no Brasil e, principalmente, na rede privada.

Então, há a um trabalho muito importante dentro do município, o programa da mulher, etc, no sentido de aumentar os partos normais, é claro, cuidados e supervisionados por profissionais que têm o treinamento adequado.

A proporção de nascidos vivos de mães com sete ou mais consultas de pré-natal. E aqui eu vou aproveitar este quadro para falar alguma coisa para o Conselho Municipal de Saúde, porque o programa que nós temos feito com o padre Haroldo foi pensando nas mães com alta vulnerabilidade, principalmente as adolescentes ou adultas que eram usuárias, ou são usuárias, de droga. Então, essas mães muito do que eu falei anteriormente, de redução de morte materna, está ligado a isso, é você acolher as pessoas de alta vulnerabilidade, cuidar, desintoxicar, e essas mães irem para

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

o parto em condição de saúde boa e que, claro, leva a uma boa condição de saúde do bebê, porque uma mãe intoxicada por droga, o bebê tem toda uma série de problemas ao nascimento.

Então, esse programa com... é uma casa que fica na região do Guanabara, quem quiser visitar, ali alberga as mães antes e depois do parto e elas podem ficar com a sua família e depois tomar a decisão consciente do que fazer com seu filho, se ela vai ficar e vai cuidar, que é o ideal, sempre é o ideal, ou se eventualmente ela vai colocar a criança para adoção, mas em uma condição humana, em uma condição adequada.

Então, esse programa que tem sido feito lá, e que o conselho não aprovou, tem isso, tem esse enfoque de cuidar de mulheres de alta vulnerabilidade, incluindo adolescentes, que eu acho que é um programa muito vitorioso.

Aqui vocês veem que a proporção de nascidos vivos com consulta pré-natal, nós temos uma meta bastante adequada e atingida nesse ano de 2017.

Essa é uma outra boa notícia que anda na contramão do Brasil, que é a redução dos casos de sífilis, de sífilis congênita e de sífilis no geral. Houve um problema no Brasil de falta de penicilina.

Existe hoje uma guerra entre o Ministério e a Anvisa, isso está pegando algumas áreas: está pegando a área de câncer, onde vários oncológicos hoje estão com dificuldades; pegou a penicilina; os benzodiazepínicos, que são insubstituíveis, hoje o Brasil não consegue importar benzodiazepínico, então, nós poderemos ter problema daqui a pouco, e é um problema brasileiro, não é um problema do município de Campinas. Campinas nunca teve falta da penicilina, a gente, por alguma razão administrativa, a gente tinha sempre em estoque, e esse é o reflexo de a gente ter o controle e a queda de sífilis congênita em 2017, quando comparado à 2016. Aqui a curva está um pouquinho fora de... Mas, esse número 66 acho que é de 2017, 87 é de 2016, não é? É isso? Ok.

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: *[ininteligível]* essa série 1, secretário?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Número de mulheres...

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Diagnosticadas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: ...número de diagnóstico de *[ininteligível]*.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[ininteligível]* gestante e *[ininteligível]*.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: *[ininteligível]* positiva e o número que nasceu.

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Tá, obrigado.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: É, isso daí é importante, quer dizer, a sífilis continua subindo, só que ela tem sido diagnosticada por métodos rápidos e depois confirmado por métodos laboratoriais. E a boa notícia é a queda da sífilis congênita, quer dizer, essas mulheres estão sendo tratadas e os bebês nascendo sem problema.

Bom, a rede de saúde mental, vocês... a cobertura pelo CAPS é uma meta que, praticamente, foi atingida, a gente tem... na área de saúde mental a gente tem um

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

parceiro preferencial... o Reinaldo colocou o quanto a gente gasta hoje com o Cândido Ferreira, da ordem de [R\$] 70 milhões por ano, e parte da rede de CAPS é gerenciada pelo Cândido Ferreira. Isso traz tranquilidade à cidade e traz também o atingimento das metas.

No âmbito do CAPS nós temos uma reforma prevista no Saúde em Ação e temos uma construção já em andamento, na região ali do Mário Gatti, que será uma unidade nova, moderna, municipal, e acho que até o final do ano vai estar pronta e operando.

Bom, eu me... Esse é um *slide* que me deixa muito feliz, porque taxa de mortalidade prematura... fico contente de eles colocarem menos de 70 anos prematuro, eu continuo sendo ainda prematuro, estou perto dos 70. E vocês vejam que houve uma queda nessa taxa de mortalidade prematura.

Eu... Quando me pergunto qual eu acho que é o maior problema de saúde pública, eu acho, na minha visão, é o envelhecimento. Assim, não é um problema, é uma coisa boa, mas ele vai trazer para o sistema de saúde uma série de desafios, não é? Então, aqui a taxa de mortalidade prematura vem caindo. Vem caindo. Vocês vejam que nós estamos muito abaixo do que foi colocado como meta.

Por que é que essa morte prematura ocorre? Nós temos, mais ou menos, metade-metade entre doença cardiovascular e câncer. Eu diria a vocês que aqui existe um viés para crescimento de câncer e um viés de queda — que eu já mostrei anteriormente para menos doenças... — por doenças cardiovasculares. E aqui ainda doenças respiratórias e doenças endocrinológicas, diabetes — sem dúvida nenhuma —, doença respiratória — ainda o cigarro, acho que ainda as pessoas da minha geração, e mesmo a geração posterior à minha, ainda fumavam muito —, então ainda tem muitos casos de doença pulmonar obstrutiva crônica, que evoluem e acabam matando o indivíduo por insuficiência respiratória.

Esse é um problemão. É um problemão nosso e é um problemão brasileiro. Nós temos tido, proporcionalmente, cada vez menor cobertura vacinal. Eu fui secretário de estado no ano de 93, 94 e o Dia Nacional de Vacinação no Brasil era um movimento cívico, era um negócio maravilhoso, todo mundo se movimentava, tinha festa, tinha o Zé Gotinha, que andava pela rua. Isso foi caindo ao longo do tempo, de modo que hoje nós estamos com um problema importante de convencer a sociedade dentro de um dos programas mais exitosos de saúde que o Brasil já fez em todos os tempos, que é o programa de vacinação.

Então aqui nós estamos vendo coberturas vacinais, todas elas, a meu ver, muito baixas: BCG, pentavalente, pneumocócica, meningocócica, rotavírus, sarampo — a tríplice viral aqui —, poliomielite...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Está faltando o quê?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Está faltando... não, a BCG está aqui. Ah, está faltando a vacina. Ah, tá. Esse é outro problema. Esse é outro problema. A gente está vendo, por exemplo, na questão da febre amarela, também noticiado todo dia, a baixa adesão. Então, existe alguma coisa, e acho que isso está muito ligado,

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

também, à desinformação, à queda de credibilidade, as redes sociais passando informação falsa sobre isso, que tem feito com que as quedas de cobertura vacinal estejam acontecendo. E nós vamos pagar um preço por isso, não tenham dúvida, a sociedade vai pagar um preço. Isso que está acontecendo aqui não é impunemente, isso fará com que doenças tidas como praticamente controladas, recrudescam. O dia em que a gente diminuir a cobertura para sarampo, nós vamos ter sarampo, aliás, estamos tendo por conta dos imigrantes venezuelanos, mas isso, para pegar a população brasileira, não vai demorar muito, a meu ver.

Bom, esse é um outro assunto também, que também eu soube que surgiu na reunião do Conselho Municipal de Saúde, é bom a gente esclarecer. Ontem, eu, por telefone, também procurei esclarecer. Uma coisa é o enfrentamento das arboviroses em um ano de grande epidemia, isso gera um grande custo, claro, porque você tem custo material, você tem custo pessoal, soro de hidratação, exames de laboratório, maior número de nebulizações, seja costal, seja veicular, e assim por diante. Quer dizer, é claro que um ano onde você tem uma grande epidemia, você gasta muito mais; em um ano sereno, como foi 2017, você não vai ter. E as informações que nós temos sobre arboviroses para 2018, também são tranquilizadoras até o momento, nós não temos a impressão que vamos ter um ano de grande dificuldade.

Então isso mostra porque é que o ano passado se gastou menos com arboviroses do que você gastou no ano anterior, e gastou menos do que o ano anterior ainda. Não é porque... você não vai nebulizar... não vai fazer nebulização, se não é necessário; até porque não tem nenhum sentido nem ambiental e nem do ponto de vista do controle.

As arboviroses têm sido um grande desafio, elas vieram para ficar, a febre amarela veio para ficar, e a gente vai ter que tomar os cuidados. Mas os nossos resultados de 2017 foram excelentes. Eu sempre digo que de 15 para 16, nós tivemos... Eu costumo falar em logaritmo, porque o número é tão grande a redução... Então, são três logaritmos a menos, o ano passado três logaritmos a menos. É quase nada.

Então, estão os números aqui. Nós tivemos, confirmados, em 2017, 127 casos de dengue; nós tivemos: *chikungunya*, 16 confirmados, esse preocupa pela gravidade e pelo potencial de difusão; zika, 43, porque nós não temos método laboratorial para zika, então, todos os casos que foram colocados de zika aqui, eles ficam como zika por critério clínico-epidemiológico, não há laboratório que confirme; e febre amarela nós tivemos, em 2017, um caso que evoluiu bem, felizmente, e tivemos um caso em 18, também, que não é autóctone, que pegou em Mairiporã, mas que também evoluiu bem. Os dois casos de febre amarela de Campinas evoluíram bem, nós não tivemos nenhum...

E, talvez... Quer dizer, aquilo que eu considero o maior troféu de tudo isso é que nós não temos nenhuma morte por arboviroses em 2017, zero, quer dizer... e o nosso objetivo é esse mesmo, é não ter epidemia e ter zero. Quer dizer, se cada pessoa, cada família, cada um de nós continuar fazendo o controle entomológico adequado, quer dizer, evitar que o mosquito nasça, nós podemos manter esse ambiente.

Eu acho que... O ano passado fizemos muitos mutirões em parceria com o governo do estado, isso eu acho que, independente do benefício direto, ele deixa a

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

coisa acesa, você mantém as pessoas interessadas no assunto.

Então, do ponto de vista das arboviroses, 2017 foi um ano muito bacana.

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Secretário, só uma questão. Perdão interromper o senhor.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Pois não.

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Se me permite.

Tem algum dado sobre a questão das malformações congênitas, do caso de zika em gestantes, se teve alguma algum quadro de microcefalia que possa ter alguma relação *[ininteligível]*?

Beleza. Obrigado.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Não temos, não.

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Não. Perfeito. Só para...

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Mas eu vou aproveitar, vereador Pedro Tourinho, para dizer uma coisa: as microcefalias, elas nunca foram de notificação compulsória, então, a gente não tem uma série histórica de microcefalia.

Microcefalia sempre existiu, porque você tem sífilis que dá, você tem citomegalovírus, você tem outras doenças que podem dar microcefalia. A gente não tinha...

Se a gente pegar os dados de literatura, a gente deve ter em Campinas, independente de ter zika ou não, em torno de 15, 10 a 15 casos por ano de microcefalia, certo? Quer dizer, de todas as causas — de todas as causas — nós não tivemos nenhum caso confirmado por zika. Nenhum um caso confirmado por zika.

Zika assustou demais — demais — no norte e no nordeste, principalmente. Para nós... Nós convivemos com a zika, eu não tenho a menor dúvida, em 2015 ela estava junto com a gente, a gente é que não sabia, ainda não tinha essa consciência. Mas, felizmente, com o controle global, nós acabamos, também, tendo uma boa evolução de zika.

Bom, aqui é a inspeção, é o trabalho já do DEVISA, que é... vocês sabem a importância da água, a água fluoretada para diminuição de cáries. Hoje, a nossa média de cárie nos nossos adolescentes é menos de uma cárie por adolescente. Quer dizer, a escovação associada à fluoretação: redução quase total de cárie. E aqui o controle do sistema público de captação feito pela área de águas do DEVISA, e foi também cumprida a meta.

Esse é o quadro que, certamente, o vereador Paulo Galterio queria ver, e também o vereador Pedro Tourinho. Nós... O ano de 17 foi um ano duríssimo do ponto de vista econômico, nós não contratamos em 2017, praticamente, tem números pequenos aí, trinta, trinta e poucas contratações, mas nós perdemos muitos funcionários como vocês estão vendo aqui. Essa perda foi da ordem de 400 funcionários, em torno de 400 funcionários.

Eu vou mostrar, tem o quadro aqui, a seguir, do porque é que nós perdemos.

Então, nós tivemos um grande avanço no número de funcionários no ano de 13,

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

14, até o ano de 15, e depois nós, pela crise econômica, nós tivemos uma redução, e essa redução está exposta aqui. Vocês vejam que quase metade foi por aposentadoria, e isso, para o município, é um grande problema, porque esses trabalhadores, eles não saem da folha de pagamento, e eles continuam onerando e entra naquela conta que nós... quer dizer, entra na conta de que o município precisa pagar o salário dessas pessoas, não é?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Exato. Não está na Lei de Responsabilidade Fiscal, mas está na conta do município, do ponto de vista de obrigações, vamos dizer assim. Aí, nós tivemos outras causas menos importantes, poucos pedidos de demissão, poucas mortes, felizmente, exonerações mais ou menos de 25%. Bom, esse é o quadro, a gente perdeu cerca de 400 pessoas, cerca de... perto de metade, 45% por aposentadorias.

Esse ano, muito provavelmente, a gente vai ter que fazer um movimento de começar a recuperar, não de maneira como fizemos no passado, onde foi absolutamente necessário recompor, mas nós vamos ter que cuidar pontualmente de algumas coisas, a gente tem essa consciência. Eu tive uma conversa com o prefeito — também —: a gente vai ter que ser seletivo, isso não vai poder ser de... porque a crise não passou ainda, nós não podemos raciocinar que estamos absolutamente com tudo resolvido, porque não estamos, temos o passivo ainda do ano passado, temos ainda uma arrecadação ainda imprevisível. E se tem uma coisa que o Brasil hoje, nós podemos dizer, que é um país absolutamente imprevisível, nós não sabemos o que vai acontecer, nem na política, nem na economia. Então, acho que a prudência é absolutamente fundamental.

Bom, são esses os indicadores e nós estamos à disposição aqui, eu, o Reinaldo e também quem trabalha na Secretaria, pode ser que tenha alguma coisa que tenha que ser esclarecida pelas pessoas que estão no dia a dia nessa coleta e análise desses dados.

Obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Secretário, só fiz uma conta aqui, eu gosto de números, a gente fala muito em número, mas a gente não entende.

Fiz uma conta, até estava falando com o vereador Pedro Tourinho aqui, eu queria até que o... como é que chama o... *[ininteligível]*?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Reinaldo.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: O Reinaldo confirmasse aqui. Eu peguei os R\$ 898.621.198,00 e dividi por um 1,050 milhão habitantes que tem em Campinas e a minha conta deu R\$ 855,00. Seria isso mesmo? Isso seria o quadrimestre ou não, ou eu estou errado na conta aqui que eu fiz?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Não, não, não. Ah, mas isso é bacana, essa tua pergunta acho que é legal. Os dados do Siops — os dados do Siops — mostram que nós gastamos *per capita* [R\$] 1.005, acho que é esse o número, por habitante, na Saúde.

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Tem que pôr os vinculados aí,

Coordenadoria de Registro Parlamentar e Revisão

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

porque é um gasto com saúde, [ininteligível].

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Aí não é só... Aí...

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: [R\$] 1,260 bilhão.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Isso.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Espera aí, como é que é?

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Tem um gasto com saúde que o Siops...

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Nós estamos na televisão, precisa [ininteligível].

SR. REINALDO ANTONIO DE OLIVEIRA: Desculpa. O gasto com saúde atribuído pelo Siops — o Siops é o Sistema de Informação do Ministério — então, quando você fecha os dados você fica disponibilizado, inclusive.

Aí, ele pega a despesa toda do município, entre recursos próprios e vinculados. Então, quando você divide [R\$] 1,260 bilhão dá... [R\$] 1 mil e alguma coisa por município, no gasto por munícipe, é isso.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Deixar claro que esse não é o gasto público em saúde, esse é o gasto do município, porque o município ainda tem uma gestão estadual. A gente, para saber quanto gasta em saúde no município de Campinas, nós teríamos que colocar o quanto gasta o estado. Eu estou falando aqui: Complexo da Unicamp, Boldrini e Sobrapar; aí nós teríamos um investimento global. Mas, eu imagino que nós estejamos gastando algo em torno de [R\$] 1.500 a R\$ 1.600 *per capita* em saúde em Campinas, o que dá mais ou menos [US\$] 500 a US\$ 600, agora falando, para poder ter parâmetros de acompanhamento internacional.

Isso é investimento público, para a gente saber quanto a gente gasta em saúde, na verdade, a gente teria que pegar todo o dinheiro privado, também, quanto as famílias aportam de dinheiro, quanto entra em planos de saúde, aí nós teríamos quanto haveria de aplicação *per capita* em saúde no município.

Mas, eu acho que a aplicação *per capita* pelo município de Campinas, ele é muito bom no cenário brasileiro, no cenário brasileiro são poucos os municípios que aplicam esses valores por habitante.

Agora, essa é uma conta boa de fazer, quer dizer, pegar tudo o que se aplica na área privada, o complexo estadual, no complexo municipal, juntar tudo e ver quanto nós gastamos, porque vocês sabem que o gasto *per capita* em saúde no mundo é muito variável. O que mais gasta em saúde são os Estados Unidos, cerca de US\$ 5 mil *per capita*, aproximadamente; os países europeus, a OCDE, mais ou menos 2,5 mil a 3 mil, 3,5 mil; e nós estamos muito abaixo disso.

Eu acho que a aplicação de recursos... quando eu ouço dizer que o problema da saúde é exclusivamente de gestão, eu sou absolutamente contrário. Porque os dados internacionais de aplicação *per capita*, quando coloca aquela curva dos países, o Brasil é o terceiro de baixo para cima; não de todos os países do mundo, não dos 180 e tanto países, mas daqueles países que são grandes *players* no mundo; o Brasil é o terceiro de baixo para cima. Então nós temos muito pouca aplicação de recurso *per capita* no Brasil.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Secretário, não sei se *[ininteligível]* o senhor quer encerrar já? *[ininteligível]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Não, eu já encerarei, a minha apresentação, sim.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Eu tenho só uma interrogação para fazer para o secretário, uma dúvida minha aqui, eu acredito que o senhor seja a pessoa com a atribuição para que possa explicar.

A gente vê no país hoje coisa de centenas de mortes por febre amarela e a gente vê que a grande preocupação é com a febre amarela urbana. Qual que é a linha divisória entre febre amarela urbana e febre amarela rural? Que é aonde entram as coisas, porque eu penso, secretário, no meu ponto de vista — de leigo por sinal —, que, quando a gente tem acredito que mais de mil mortes por febre amarela no país, independente de lugar, se isso pode ser reconhecido só como febre amarela urbana? Porque o número é muito elevado para não ser... rural, para não se considerar urbana, é silvestre, né?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Não há, não há.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Essa é minha dúvida, porque assim, quando a gente fala em mil, duas mil mortes, que nós já temos hoje da febre amarela, como é que a gente pode entender essa dinâmica?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Não há febre amarela urbana no Brasil desde 1942. Então todos os casos de febre amarela são silvestres, são de transmissão silvestre; não quer dizer que a pessoa more no meio do mato, ela mora em regiões que são lindeiras a... ou exerce alguma atividade profissional.

A grande maioria, eu diria quase a totalidade dos casos de febre amarela, são em pessoas que não foram vacinadas. Eu estou sendo prudente aqui, porque esta semana foi descrito um caso em Minas Gerais de uma pessoa vacinada e que morreu de febre amarela. Então existe falha vacinal rara, raríssima, isso está sendo confirmado. Por isso que eu estou sendo cauteloso no que eu estou falando. A febre amarela... Essa preocupação com a urbanização da febre amarela, é uma preocupação que os especialistas da área têm e acompanham muito atentamente.

Uma coisa que chama atenção, vereador, é que os casos de febre amarela... que morreram, a mediana de idade são 43 anos. Então são pessoas jovens, apesar de ter um ou outro caso de 80 anos, 90 anos até, mas a mediana... quer dizer: metade menos um, tem menos de 43 anos... metade mais um, perdão, tem menos de 43 anos. Então são jovens. Então pessoas que, ou visitam, ou tem práticas esportivas, ou tem práticas profissionais silvestres.

Então vocês sabem o macaco é o grande sentinela disso tudo. Infelizmente foi dramática a redução do número de macacos, principalmente os bugios, que são muito sensíveis, o sagui não é tão sensível; então o sagui resiste mais à febre amarela do que os bugios.

E a febre amarela está longe de dar trégua, viu, vereador, é importante dizer isso. Está longe, ao contrário, no estado de São Paulo, ela está se espalhando. Os últimos dados dessa... — de ontem... ontem a gente discutiu isso em São Paulo —, os últimos dados mostram que ela se espalhou para o litoral, a região do ABC. Uma via

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

que não era esperada, que era ela progredir para o oeste do Estado de São Paulo. Então, ele começou a pegar essa região da Sorocabana aqui, que não era prevista essa progressão. E alguns casos voltaram para zonas que não tinha antes, a região do Norte, Noroeste do Estado de São Paulo.

Então, a febre amarela realmente está preocupando, porque aparentemente ela veio para ficar, o vírus vai ficar e a vacinação é necessária, provavelmente a população inteira do Brasil vai ter que ser vacinada. E aí, nós estamos falando de mais de 40 milhões de pessoas que vão ser vacinadas.

E eu só quero terminar tranquilizando a população de Campinas, que é a minha obrigação. Nós temos em Campinas mais de 1 milhão de pessoas vacinadas, a nossa população está coberta, está protegida. E não é por menos que nós não temos caso e não temos morte, nós temos tido morte em cidades muito próximas à Campinas e aqui nós não temos.

E isso se deveu a esse trabalho excepcional de vacinação, que eu diria para o senhor que começou no ano 2000, eu quero também ser justo, porque não foi de hoje. Isso está lá no ano 2000, ao longo dos anos subsequentes cerca de 17 mil por ano, em média, foram vacinadas e quando houve o problema o ano passado houve um enorme trabalho de bloqueio nas nossas zonas silvestres, que é principalmente a região de Sousas e Joaquim Egídio, que é onde você tem ali um canal, vamos dizer, silvestre ali que... de Mata Atlântica e hoje nós estamos vigiando.

Agora, existe um problema no Brasil, a taxa de mortalidade por febre amarela é muito maior do que a literatura. Hoje, mais de 1/3 de quem tem febre amarela está morrendo. Não é para morrer.

Então, precisa haver um trabalho muito grande nos vários municípios, principalmente nos pequenos municípios, para alertar os profissionais de saúde, principalmente os médicos e principalmente de atividade de urgência e emergência, a pensar na febre amarela.

Eu sempre digo que o médico só faz o diagnóstico que conhece. O médico só faz o diagnóstico que ele pensa, se ele não pensar, passa batido. Muitos desses casos de febre amarela são jovens, hígidos, e que morrem por que quem atende não pensa na doença.

Então, nós fizemos um trabalho de educação dos médicos da cidade de Campinas, da área pública e privada, no início do problema e refizemos esse ano. E acho que, ontem nós combinamos com o Governo do Estado que nós vamos fazer uma fone conferência para o Estado inteiro para tentar sensibilizar as pessoas e fazer com que as pessoas pensem no problema, porque muitos ficam com o diagnóstico de dengue ou fica com o diagnóstico de uma outra virose ou diagnóstico de um... sei lá, de uma infecção respiratória e no fim perde a oportunidade de fazer a intervenção médica que deveria ser feita e aí você perde o doente.

A mortalidade aceitável é da ordem de 15%, é menos da metade do que têm morrido.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Senhor secretário, eu só vou fazer uma última interrogação, vou passar para o vereador Ailton da Farmácia e depois vou passar para o vereador Luiz Rossini, que nos acompanha. Se por ventura a pessoa que não tomou a vacina de febre amarela em Campinas hoje, ela pode receber

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

em qualquer posto de saúde, qualquer centro de saúde? E era isso o que eu queria dizer, se apenas o centro de saúde ou mais algum local?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Todas as unidades de saúde de Campinas, todas as UBSs nossas têm vacina da febre amarela normal, Campinas não entrou nesse programa de fracionamento de vacinas. Então, a vacina que nós temos é a vacina normal, convencional, e está em todas as... Entrou no nosso calendário, vereador. Antes não era.

O ano passado nós tomamos a decisão de colocar nas unidades, e quem chegar e não tomou ainda...

SR. EDSON(F): *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Isso, isso. O Edson(F) está explicando que no site da Secretaria tem todos os horários de vacinação em todas as unidades.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Está Ok. Vereador Ailton da Farmácia, se o senhor puder...?

SR. VEREADOR AILTON DA FARMÁCIA: Secretário, muito obrigado pela vinda aqui hoje. E dizer, também, lá da demolição lá do Jardim Esmeraldina, quero agradecer, porque a população ficou muito feliz com aquela demolição, porque estava um caos ali, de morador — como o senhor falou — morador de rua e agora eles perguntam para o vereador: “O vereador, e o edital, quando vai sair o edital?”

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Já foi publicado.

SR. VEREADOR AILTON DA FARMÁCIA: Olha, está vendo aí, gente? Então, dizer à população que o secretário está dizendo que o edital já foi publicado. E era isso aí, secretário. Era mais um... a minha pergunta seria mais sobre esse edital. Está publicado. A população agradece, que aquela população precisa demais daquele novo CS, Saúde Esmeraldina.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Trinta segundos. Foi publicado sábado o edital, não esse sábado, o anterior e a expectativa do Esmeraldina de início da obra é maio: o Esmeraldina, o São Cristóvão — a Sandrinha pode me ajudar — o Nova América...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: *[pronunciamento fora do microfone]*

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: São as três unidades e as reformas, as outras são as reformas também, estão previstas para esse período aí.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: O vereador Luiz Rossini, o senhor quer?

SR. VEREADOR LUIZ ROSSINI: Bem, cumprimentar o vereador Paulo Galterio, presidente da comissão, vereador Pedro Tourinho, vereador Ailton da Farmácia, secretário Carmino, Reinaldo, presidente do Fundo.

Apesar de não ser da comissão, esse assunto é um assunto importante, a prestação de contas quadrimestral e a saúde tem sido obviamente tema quase que diário, está na pauta dos debates, da discussão, da preocupação.

Eu não vi todos, mas alguns indicadores de saúde apresentados mostram uma boa performance, uma melhoria da qualidade, da redução dos indicadores de

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

morbidade, mortalidade.

No ano passado, a Saúde investiu 31% do orçamento, quer dizer, muito acima dos 17[%] legais, que é obrigação legal. Para esse ano a Saúde foi a pasta que teve maior crescimento, cerca de 12% para 2018. Mas, apesar desse volume todo, a percepção que se dá com relação à saúde, às vezes, fica comprometida por algumas coisas que são, vamos falar assim, aparentemente bestas.

Esses indicadores são fantásticos, mas a população, às vezes, não percebe, não sente isso, e a mídia, às vezes, não divulga também.

Mas, o que é que pega às vezes? O que a gente percebe, às vezes, é uma demora da resposta da Prefeitura, da secretaria, em resolver pequenos problemas, por exemplo, as autoclaves, uma geladeira que quebra, um compressor lá que... não é?

E a pergunta que eu ia fazer é o seguinte: como que a secretaria está pensando em dar mais agilidade nesses cuidados de manutenção e, enfim, colocar em dia esses equipamentos que, às vezes, complicam na ponta o funcionamento da unidade?

A questão de pessoal está um pouco clara, que também impacta. Algumas unidades estão no PMAQ e elas possuem alguma autonomia, parece que algum recurso, para resolução dessas pequenas necessidades do dia a dia. Quantas unidades, hoje, estão no PMAQ, por que que não estão todas ainda, como é que é esse processo para tentar até garantir que cada unidade, coordenador de centro saúde, possa ter algum recurso para atendimento dessas ocorrências emergenciais aí não prejudicar o serviço?

Obrigado.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Obrigado você, vereador Luiz Rossini. Você tem sido um amigão, nós somos amigos independente de eu ser secretário, e você na... vereador, a tua esposa trabalha... trabalhou comigo tantos anos e trabalha ainda. Por isso que você se interessa por saúde, porque vem de casa lá.

Então, eu... depois tem uma outra notícia para falar com você do centro de saúde que a gente combinou, eu e a Sandra, de a gente fazer uma intervenção em um centro de saúde que está precisando.

A questão da manutenção, a Sandra está aqui, ela pode dar alguns detalhes, vereador Luiz Rossini. E eu acho que a gente tem que fatiar o problema. A questão das autoclaves, eu acho que caminhou muito, a empresa... hoje nós temos 39 unidades nossas que estão com as autoclaves funcionando. Vinte e nove, vinte e nove. Mas, a empresa está repassando tudo.

Essas novas unidades, elas virão com novas autoclaves. E essa semana, vocês podem ver, foi publicado uma série de recursos, de emendas parlamentares, destinando a questão das autoclaves. Então, eu acho que, do ponto de vista das autoclaves, a gente tem um programa de recuperação.

O que me preocupa um pouco na autoclave é o seguinte: às vezes o centro de saúde muito antigo e improvisado muitas vezes, ele não está preparado para receber autoclave. A autoclave precisa ter uma fonte de energia adequada, uma fonte de vapor adequado, circuito de água. Então, às vezes, você põe um equipamento novo e ele não funciona, ou funciona uma semana e quebra. E aí, você vai lá, arruma e... quer dizer...

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Então, o problema da autoclave vai exigir um pouco... A discussão antiga, se vale a pena ter, ou não, central de materiais, isso nós abandonamos, porque todo mundo abandonou isso daí, essa ideia. Porque tem uma questão logística muito grande e quando quebra também...

Então, acho que a questão das autoclaves está a caminho, a empresa está trabalhando, tem contrato e nós estamos pegando no pé para que funcione.

Em relação a outras manutenções, à dos dentistas — acho que você não tinha chegado aqui —, saiu o edital, acho que o pregão já foi feito, nós devemos ter o resultado em 5 de abril. Acho que é isso, Edson(F)? Então, no início de abril a gente vai ter uma...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Já tem empresa vencedora.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Ah, já tem?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Ela tem até segunda para entregar a documentação.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Ah, então está melhor do que eu imaginava. Então, as cadeiras de dentista a gente deve ter uma solução muito rápida, porque isso tem comprometido a assistência odontológica.

Outras manutenções a gente está trabalhando... Essa área de equipamento... É importante aproveitar até o espaço que vocês estão nos dando, nós temos mais de 300 contratos no DA, no Departamento Administrativo, acho que a Sandrinha está aqui, se ela quiser complementar.

Cada contrato é um... a gente tem que fazer funcionar, certo? Quer dizer... Então, essa área de equipamentos, o meu sonho de consumo é fechar um convênio com o Centro de Engenharia Biomédica da Unicamp, esse é o meu sonho de consumo. Porque, eu venho da Unicamp, a gente nunca teve problema com equipamento lá, porque o CEB cuida bem disso.

Então, nós estamos tentando fazer esse convênio, tanto para a rede, como para o Mário Gatti, agora para o Hospital Ouro Verde. Vamos ver se a gente consegue, mas até então a gente tem que trabalhar com múltiplos contratos. Com múltiplos contratos. E o nosso setor de manutenção, ele não é... não tem *expertise*, nós temos uma engenharia clínica que faz todo o acompanhamento de tudo.

Então, essa área de manutenção é uma área que a gente tem dificuldade mesmo, uma área meio crítica.

Depois eu passo para a Sandrinha, eu vou falar um pouquinho do PMAQ. O PMAQ é um programa de qualificação do Governo Federal, e que é opcional das equipes, não é uma coisa compulsória. É como se você contratualizasse com a tua equipe para fazer isso.

Mais ou menos metade das nossas equipes têm o PMAQ. Trinta e duas de 64 são... Então exatamente metade. Então exatamente metade.

O que é que é isso? Nós criamos um cartão, que é parecido com o cartão corporativo e o coordenador da unidade, ele tem por mês de [R\$] 2,5 mil a [R\$] 4 mil, depende da complexidade da unidade. Até [R\$] 2,5 mil a [R\$] 4 mil por mês, para fazer pequenos reparos que não tem condição de ser feito, nem pela nossa

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

manutenção, nem pela nossa empresa de manutenção.

Então, o próprio coordenador, ele tem que pegar a mão de obra local, três orçamentos, todo mundo tem que ser pessoa jurídica, porque precisa ter nota fiscal. Então, isso ajuda muito a unidade a fazer pequenos reparos ali.

O vereador Paulo Galterio até esteve comigo e me fez uma pergunta: "Por que é que as unidades têm esse dinheiro e não gastam?" A hora que você vê o gasto desse recurso, realmente ele é muito menor do que o que está disponibilizado, eu não sei dizer. Precisaria conversar com os coordenadores e saber por que é que eles não usam esse dispositivo, que é um dispositivo válido.

Existem critérios, ele não pode fazer aquilo que tem no... ele não pode comprar o que tem no almoxarifado. Então, dá um pouco de trabalho, ele tem um trabalho de consulta...

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Secretário, se o senhor me permitir — como o senhor falou — com essa questão do PMAQ, eu tenho uma certa experiência porque eu fiz um trabalho em cima disso. Então, queria só complementar o que o senhor falou, que o senhor falou que não sabe as razões por que não se usa, normalmente o coordenador.

Eu pude observar, secretário, que... vereador Pedro Tourinho, uma das razões que não se gasta é que, às vezes, o coordenador, ele tem receio da prestação de contas [*ininteligível*] se o que ele está fazendo é certo ou se é errado? Entendeu?

Então, ele fica assim, "Isso que eu vou gastar é certo ou isso que eu vou gastar é errado?" Então, assim, ele tem lá três, dois, R\$ 3 mil para gastar, ele fala: "Eu posso consertar a fechadura da porta? Ou eu não posso consertar?", e ele tem medo de gastar com a fechadura da porta e aquilo, ele sofrer alguma represália legal; não em um sentido de que vai ser reprimido, mas que possa ser fora do projeto.

Esse é um. O outro é que alguns não querem usar, secretário. Tá? Alguns não querem usar, por "n" motivos. Então, a gente já trabalhou isso.

O que eu pude observar, secretário, que eu fiz um comparativo, salvo engano, o PMAQ acho que tem R\$ 150 mil, mais ou menos, que é possível usar nessas unidades; e se gasta [R\$] 24 mil, [R\$] 30 mil, [R\$] 40 mil. Eu já tive caso no Esmeraldina, secretário, que faltava papel. Eu não sei se lá tinha o cartão PMAQ, mas podia ter comprado o papel, o cartão permitia e não compraram, porque não tinha no estoque. Então, assim...

Como?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [*pronunciamento fora do microfone*]

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Então, mas se ele estiver em falta, pode; se não tiver no estoque.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: É, alguém vai declarar que está faltando, isso, sim.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Então, se ele estiver em falta, pode. E lá faltava papel e...

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Ele vai trocar um e-mail, aí é muito

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

simples. Eu entendo, porque todo gestor tem preocupação de improbidade. Imagina eu, secretário da Saúde, ordeno [R\$] 400 milhões por ano, é claro que eu fico preocupado, porque eu... o meu patrimônio não dá para cobrir nenhum milionésimo disso.

Quer dizer, então... quer dizer, você ordena e sabe que você tem que fazer com todo o cuidado do mundo. O coordenador, quando ele assume, ele sabe que ele tem função de coordenação, gente. Ele... quem não quer fazer o que tem que ser feito, realmente tem que sair, porque tem que fazer, tem que fazer.

Quer dizer, é um instrumento. Agora, existe todo um manual, viu, vereador Paulo Galterio, o PMAQ, essa utilização desse cartão, não é que a gente deu, não. Isso foi... teve treinamento, teve retreinamento, tem todo um manual escrito. Se tem um item que deveria ter no almoxarifado e não tem e ele precisa comprar — eu não vou usar o exemplo do papel, pode até ser o papel — ele troca um e-mail com o almoxarifado, o almoxarifado vai dizer: "Olha, eu não tenho tal item." Ele vai e compra e anexa. Ele anexa que naquele momento o almoxarifado não tem aquilo e compra.

Quer dizer, então, dá um pouco de trabalho, a prestação de contas é obrigação, dinheiro público é dinheiro público, da origem até o destino final. Quando você gasta o dinheiro público, você tem que prestar conta, não tem jeito, o Tribunal de Contas controla... nos controla hoje *online*, nos controla todos os dias, todos os momentos e nós temos que prestar conta e temos que...

Mas é uma obrigação do gestor. Quem não quiser fazer isso, não sei se deveria ser gestor, porque faz parte da nossa obrigação: comprar, gastar, prover, faz parte do nosso trabalho... prestar contas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Vereador Ailton da Farmácia tem uma interrogação?

SR. VEREADOR AILTON DA FARMÁCIA: Secretário, eu recebi uma pergunta agora de um morador aqui da minha região sul aqui, o senhor tem a nos dizer alguma coisa sobre a UPA do Carlos Lourenço, alguma novidade da inauguração?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Eu vou... Claro. Você quer falar, Sandra em um minutinho? Aí, eu falo do Carlos Lourenço.

SRA. SANDRA HELENA ANDRADE DE REGOLIN: Bom dia, vereadores. Bom dia. Desculpe, eu cheguei um pouco atrasada, até porque eu estava tratando essas questões de equipamentos, incluindo autoclave.

Eu acho que a gente tem atuado bem com essas empresas dos contratos e a empresa de autoclave está incluída aí, ela tem respondido; e a gente tem tentado fazer um monitoramento. Porque a gente também está fazendo algumas parcerias com os profissionais de outras secretarias; até agora estava o engenheiro do DPSS, do Departamento de Saúde do Trabalhador; do RH, da Secretaria de Recursos Humanos; mais o engenheiro da Secretaria de Administração, para a gente traçar um plano de ação para o monitoramento das autoclaves, adequadamente, de acordo com orientações também do Ministério Público do Trabalho e dos vasos de pressão.

E outros itens também, com relação à segurança do... as necessidades das manutenções de segurança dentro dos prédios, os extintores e tudo. A gente está buscando fazer isso para qualificação das nossas unidades.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Só uma complementação com relação ao PMAQ, esse processo de consulta ao Departamento Administrativo é feito naturalmente e respondido, se não tem, é possível o gestor adquirir e depois colocar isso na prestação de contas, como o doutor Carmino trouxe.

Só uma complementação ainda com relação às autoclaves, também tem um processo de aquisição em andamento, com recurso também de emenda parlamentar, além dos que estão chegando, para a gente ter uma organização da nossa rede com relação a isso.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Ótimo, em relação ao Carlos Lourenço, nós encaminhamos e essa Casa aprovou a lei que criou a Rede Mário Gatti de Urgência, Emergência e Hospital. Nós estamos fazendo os primeiros movimentos de implantação da Rede e o Carlos Lourenço já vem nessa lógica.

Eu colocaria... eu não gosto muito de colocar data, porque eu acho que isso é uma armadilha para o administrador, mas no Carlos Lourenço, eu tenho que colocar uma data, porque vocês tem que me cobrar. Nós queremos abrir até o meio do ano: julho, agosto, no máximo; porque para nós também é muito ruim ali ficar fechado, porque a obra está pronta, é uma unidade moderna, é uma unidade que vem substituir a UPA Centro, que nós fechamos, fechamos por razões sanitárias — é importante dizer isso —, era uma unidade que não tinha condição de funcionar, você tinha animais peçonhentos, você tinha... tinha de tudo ali dentro, não dava para funcionar ali.

Então, isso vem compor a nossa rede. Nós estamos nesses dias agora fazendo as licitações para o pronto socorro metropolitano e para o pronto socorro do Hospital Ouro Verde. Nós temos dinheiro já em caixa para fazer essas... Uma é uma construção e a outra é uma reforma necessária, porque o pronto socorro do Hospital Ouro Verde é muito antigo, muito acanhado e que começou muito antes do próprio hospital, de modo que... e agora nesses dias a Secretaria de Administração está finalizando essas concorrências.

Então, esse ano deve, também, essas duas obras... Elas, talvez o do Ouro Verde fique pronto ainda esse ano, mas o pronto socorro metropolitano certamente é para 2019.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Secretário, para a gente poder encerrar, eu acredito que as questões com relação à prestação de contas foram suficientes, queria pedir duas gentilezas para o secretário, secretário: a primeira é que, quando fosse mandada a prestação de contas aqui para a Câmara, se pudesse avisar a comissão primeiro, para a gente pudesse informar os demais membros.

Porque hoje está presente o vereador Pedro Tourinho, está o vereador Ailton da Farmácia, não está o vereador Jorge da Farmácia e não está presente o vereador Rodrigo da Farmadic. E por quê? Porque, assim, vocês tem mandado as prestações de contas, e aí, não sei quem, se é da presidência, agenda um dia sem perguntar se os membros da comissão podem vir. E o ideal seria que todos estivessem presentes aqui.

Então, hoje mesmo o vereador Rodrigo da Farmadic me justificou que não poderia vir, o vereador Jorge da Farmácia justificou que não poderia vir, o vereador Pedro Tourinho já me justificou aqui que se não for de quarta e de...

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Segunda de manhã.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Segunda e quarta de manhã, não pode vir. Então, assim...

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Não, não, não. Se for.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: É, que se for... se for de segunda e quarta de manhã, ele não pode vir. Então, assim, se pudesse fazer isso, me avisa, eu vejo com a presidência essa questão e vejo a questão da data do senhor também, não sei se é possível isso?

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Vereador, quem marca a data são vocês, eu só venho.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Então, por isso que eu estou dizendo. Eu estou dizendo...

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Eu acho que isso aí quem faz é a presidência [*ininteligível*].

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Então, sim, sim. Então, por isso que eu estou dizendo, assim, se o senhor puder nos informar que está mandando...

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: Pronto--

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Como?

SR. VEREADOR PEDRO TOURINHO: --a gente resolve isso internamente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Sim, sim, sim, sim. Mas, eu estou dizendo que é para a presidência para poder reunir maior número de integrantes da comissão.

E eu queria também fazer um convite, secretário, assim, a gente percebe que todas as vezes que o senhor vem nessa Casa, as informações que o senhor passa, elas são relevantes para a cidade, que o senhor pudesse, uma vez ou... uma vez por mês ou bimestre, o senhor viesse, como o senhor veio hoje, que é para a prestação de contas, mas que viesse para aquelas interrogações da Casa na própria reunião da comissão, porque a gente sabe que esses problemas que a cidade tem, a melhor pessoa para responder seria o senhor.

Se a comissão convidar... porque a grande dificuldade, assim, da população é que ela diz: "Ah, não se consegue falar com o secretário", mas a gente vê que não é isso, o secretário está trabalhando. Mas, se o senhor pudesse vir na comissão e responder a essas perguntas, igual o senhor perguntou do vereador Luiz Rossini, que não está na pauta da prestação de contas, uma questão de febre amarela, uma questão...

Eu acho que seria importante para nós, se pudesse ser também, se isso estivesse ao alcance, que era uma forma de a gente também fazer um trabalho em conjunto do restante, isso é bom para nós.

SR. CARMINO ANTONIO DE SOUZA: Eu estou à disposição de vocês, nenhum problema. Pelo amor de Deus, viu? A Câmara, ela nos controla e ela nos... nos insta a fazer os esclarecimentos. Eu estou obviamente à disposição, vereador. Não tem nenhum problema. Tantas vezes quanto vocês precisarem.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

Transcrição da 7ª Audiência Pública de 2018, realizada em 16 de março, às 09h45, no Plenário da Câmara Municipal de Campinas, à Avenida Engenheiro Roberto Mange, 66

Essa queixa de que não fala com o secretário é uma queixa da minha esposa também. Fazer uma brincadeira. Não, mas eu estou brincando.

É que, realmente, o volume de trabalho é um negócio impressionante. Mas, como eu digo sempre, nunca vi atestado de óbito escrito: "excesso de trabalho". Então, esse não é o problema. O problema é a gente acertar os horários, não tem nenhum problema. Eu estou à disposição dessa Casa, tenho um enorme respeito por vocês, pelo trabalho que vocês fazem.

Quero deixar também, claro, que a secretaria trabalha... eu trabalho de portas abertas, vocês podem ir quando quiserem, nenhum problema. Estou à disposição, mesmo. Acho que nós fazemos um trabalho para a população, cada um no seu papel, cada um com a sua... Mas, nós queremos a mesma coisa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR PAULO GALTERIO: Está certo. Então, agradecendo, vereador Ailton da Farmácia, que faz parte da comissão; vereador Pedro Tourinho; ao vereador Luiz Rossini, que ficou aqui até o final; secretário Carmino; Reinaldo, que está aqui presente.

E eu vou dar por encerrada para que a gente possa seguir e caminhar com Deus.

Muito obrigado.

– Audiência encerrada às 11 horas e 35 minutos.

[fim da transcrição]

PRESIDENTE: _____